

- 5 JUL 1985

# Um pavio no fim

O fenômeno mais espantoso da atualidade brasileira: o crescimento explosivo da dívida pública da União a uma taxa apocalíptica de 577 por cento ao ano. Ou nos últimos 12 meses, dos quais 9 da República Velha, 3 da República Nova. Em termos reais, deflacionados, uma expansão de 95 por cento, praticamente dobrando em um ano. Em valores nominais, a dívida pública (representada por títulos federais em poder do mercado) totalizou no fechamento do semestre, em junho, a marca olímpica de Cr\$ 130 trilhões. Na segunda-feira, 1º de julho, "virada" do mês, a União amanheceu devendo mais Cr\$ 14 trilhões, no encargo mensal dos juros e das correções.

Administrador do "rabo-de-foguete" da dívida pública, José Júlio Senna coça a cabeça: o inchaço patogênico da dívida pública, complicador mais traumático que o da dívida externa, ameaça tornar o Brasil economicamente inviável e politicamente inadmissível. Senna diz que a sociedade deve ser avisada: estamos sentados na bomba e o pavio de quase três décadas tem apenas meio ano que queima...

\*\*\*

Os analistas da catástrofe isolam o número crítico: expansão real de 95 por cento ao ano. Isso caracteriza o processo de "causação circular acumulativa inercial" que se apossou, feito comando guerrilheiro, da etiologia do "déficit" público: a dívida foi contratada para financiar o "déficit" e agora o "déficit" é realimentado pela dívida, em termos nominais, reais, absolutos, relativos, civis, militares e eclesiásticos. De nada mais adianta cortar despesas ou recriar receitas, o "déficit" ergue-se do chão puxando os próprios cabelos. Seu moto-contínuo está no glorioso e irremovível instituto da correção monetária plena, agora colocada acima da inflação cheia...

Tudo bem, devemos atacar o "déficit" com torpedos fiscais, orçamentários, administrativos, operacionais — mas sem ilusão: na melhor das hipóteses, ao invés de murchar, o "déficit" crescerá a uma velocidade menor.

## Tocando nove instrumentos

O "pacote" das estatais, decisão politicamente melindrosa, é apenas um dos instrumentos de contenção do colapso orçamentário da União, estimado, a preços de junho, em Cr\$ 109 trilhões. A autoridade econômica ensaia tocar nove instrumentos a um só tempo, segundo uma partitura negociada nota por nota, compasso por compasso, clave por clave. Os nove instrumentos:

1) Redução das despesas, via corte de custeio, de investimentos, de contratação de novos projetos e novos encargos;

2) Ampliação das receitas, via revisão fiscal, com aumento de alíquotas, invenção de taxas, antecipação de recolhimentos, eliminação de incentivos, reaperto da fiscalização;

3) Redução e/ou remoção de todos os subsídios do aparelho econômico, espécie de "entulho populista" das administrações passadas;

4) Recarga das emissões dos títulos do tesouro para algo mais que a simples "rolagem" ensandecida da dívida já contratada;

5) Injeção suplementar de moeda primária, casa da moeda fazendo hora extra nos porões da base monetária (patrulhada pelo FMI);

6) Contratação de novos créditos externos e/ou queima das reservas recompostas, vulgo ação complementar de poupança externa;

7) Retomada da política de preços e tarifas realistas para os produtos e serviços das estatais e das autarquias, consumidor "recapitalizando" os negócios do Governo;

8) Reabertura das chamadas de capital (ao invés de crédito) das estatais, venda de fatias do capital social em poder da União (sem alienação do controle);

9) Missa solene em ação de graças por um competente plantão de São Pedro, com chuvas na hora certa, no lugar exato, na quantidade correta — sem geada no inverno nem praga no verão. Amém.

## O desafio do "zero defect"

Esta vasta orquestração de política orçamentária não pode (nem deve) ser feita a toque de caixa, malgrado o descalabro do caixa.

O governo Sarney, para dizer a verdade, paga tributo ao pesadelo Tancredo. Primeiro: não teve como se preparar para a posse em janeiro, fevereiro e março. O atual Presidente estava no banco de reserva, não fez aquecimento de vestiário. Os próprios Ministros só foram escalados no dia 12 de março — exceção de Francisco Dornelles. A distribuição das camisas numeradas só aconteceu na escada de acesso ao campo de jogo.

Segundo, o Governo entrou em campo frio e começou a partida no provisório, olhando mais para o túnel do que para a bola.

\*\*\*

Resultado: os centros de decisão da Nova República, nesta primeira semana de julho, ainda estão com as turbinas fora de ponto. Azar do Governo, azar da Nação, que a crise é brava, o estado é de emergência, o tratamento só pode ser de choque, em clima de economia de guerra. Com a ressalva: o choque não pode falhar no alvo e muito menos na dose.

A tolerância social, biológica, está zerada.